
O QUE É QUE FREUD TEM A VER COM ISSO? SENTIMENTO DE CULPA ENTRE MÃES DE PRESOS E PRESAS EM DUAS UNIDADES DO COMPLEXO PENAL DE PIRAQUARA

WHAT DOES FREUD HAVE TO DO WITH THIS? FEELING OF GUILT BETWEEN MOTHERS OF PRISONERS IN TWO UNITS OF THE PENAL COMPLEX OF PIRAQUARA

Samara Feitosa¹

RESUMO

Entre abril de 2011 e setembro 2012, frequentei as filas de visitantes de duas unidades do Complexo Penal de Piraquara (PCE – Penitenciária Central do Estado e PFP – Penitenciária Feminina do Paraná), meu objetivo era, naquele momento, entrar em contato com familiares de presos e presas para tentar compreender quais estratégias essas famílias desenvolviam na busca da manutenção dos laços familiares; o resultado dessa pesquisa deu origem ao texto de tese defendida no doutorado em abril de 2013. Nesse ensaio busco retomar algumas das entrevistas e conversas que tive com essas pessoas, entretanto, faço isso com um outro olhar, tento apresentar algumas reflexões acerca das representações de maternidade e papel feminino compartilhado por minhas interlocutoras buscando entender porque as mesmas se diziam e se compreendiam como corresponsáveis pelas condutas delituosas de seus filhos e/ou maridos.

Palavras-chave: Punição; Gênero; Maternidade.

ABSTRACT

Between April of 2011 and September 2012, I frequented the visitors' lines of two unities of the Penal Complex of Piraquara (PCE – Central Prison of the State and PFP – Feminine Prison of the Paraná), my objective was, in that moment, to get in touch with relatives of prisoners to try to understand which strategies these families were developing in the search of the maintenance of the familiar knots, the result of this inquiry gave rise to the text of theory defended in the doctorate in April of 2013. In this essay I look to retake some of the interviews and conversations that I had with these persons, meantime, are done by me that with another glance, I try to present some reflections about the representations of motherhood and feminine paper shared by my interlocutors looking to understand because same they were calling themselves and were understood how as co-responsible for the criminal conduct of their children and/or husbands.

Keywords: Punishment; Gender; Motherhood.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: samarasociologia@gmail.com

POR ONDE COMEÇAR?

Esse ensaio tem como base conversas e entrevistas desenvolvidas entre 2011 e 2012² com familiares de presos e presas de dois estabelecimentos penais³ do Complexo Penal de Piraquara, a *PCE* - Penitenciária Central do Estado – definida pelo *DEPEN-PR* (Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná) como um estabelecimento penal de segurança máxima, destinado a presos condenados do sexo masculino que cumprem pena em regime fechado, e a Penitenciária Feminina do Paraná – *PPF*, apresentada como uma unidade penal de segurança máxima, destinada às presas provisórias e condenadas. Para que se torne mais compreensível o desenvolvimento das considerações que passo apresentar, se faz necessário dizer que a pergunta que norteava meu campo estava ligada a estratégias desenvolvidas pelas famílias para manterem os laços familiares quando um, ou mais de um de seus membros cumpriam pena de privação de liberdade. A princípio, uma de minhas hipóteses era a de que, em campo, ouviria principalmente falar das estratégias “econômicas” criadas por essas famílias já que as mesmas deveriam agora ser suficientemente eficientes para se sustentar ao mesmo tempo em que teriam que manter seu/seus familiares dentro do sistema. Como se sabe, embora a LEP⁴ afirme o contrário, em grande parte, a manutenção material de um detento também está a cargo de seus familiares. Devo admitir que, no entanto, na maior parte das vezes, a atenção dos familiares se voltavam à criação de estratégias subjetivas de sobrevivência; menos que recursos materiais, os recursos e estratégias adotados eram de cunho afetivo e, não raro, de custo psíquico muito alto. Outro elemento a ressaltar é que se a prisão é pensada como um universo masculino⁵, as filas de

² Esta pesquisa foi desenvolvida durante o período de doutoramento em Sociologia (2009-2013) pela UFPR.

³ Estabelecimento penal é o léxico utilizado pelo DEPEN-PR para definir suas unidades.

⁴ Em vários de seus artigos a LEP (lei de execução penal), deixa clara que manutenção dos detentos está a cargo do Estado. Em sua primeira sessão ela diz:

“DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único - A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11 - A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa”.

⁵ Historicamente a prisão é criada para homens e o mundo do crime entendido como masculino, por isso mesmo, unidades femininas surgiram em um momento posterior, segundo Freitas (s.d), no Brasil somente a partir de 1920, com o crescimento do número de mulheres envolvidas em crimes, é que o Estado assume a tarefa de construção de unidades voltadas a essa parcela da população.

visita são femininas, são principalmente mulheres, sejam mães, esposas, filhas ou irmãs que encontraremos nas filas das unidades estudadas, assim, meu universo de pesquisa acabou sendo um universo feminino composto, principalmente, por mães e esposas.

Aos poucos, enquanto estabelecia padrões de confiabilidade, fui sendo introduzida no imaginário social partilhado por essas mulheres que dividiam entre si a identidade de *mãe/mulher de bandido*. Relatavam-me rotinas de humilhações, desrespeito, preconceito as quais estavam submetidas e das quais pouco falavam visto não haver muito para quem recorrer. Enquanto conversávamos na fila das unidades, várias vezes próximas de agentes penitenciários, essas mulheres deixavam entrever que seu cotidiano já estava marcado pela entrada de seus parentes na instituição prisional, deixando claro que não só seus filhos/esposos cumpriam pena, mas que elas também o faziam já que, semanalmente, estavam ali, o acesso aos seus entes queridos estava também submetido ao ordenamento institucional. As rotinas de revista – tanto a íntima e pessoal, quanto a dos alimentos entregues e que serviriam de lanche durante a visita – passaram a fazer parte do cotidiano dessas mulheres e, pouco a pouco, foram naturalizadas⁶. Em vários momentos ouvi relatos sobre a necessidade que aqueles parentes tinham da manutenção dessas visitas, dependiam delas em muitos aspectos, tanto para se manterem materialmente (com a entrega dos mantimentos, roupas, remédios) como subjetivamente (amor, compreensão, apoio) e por fim, para manter algum tipo de contato com o mundo exterior.

Várias de minhas informantes reforçavam a ideia de que um dos elementos asseguradores na manutenção de um sistema penitenciário mais equilibrado é a garantia de visita dos familiares. *“A família tem de vim ver, porque senão eles ficam preocupados e ficam pensando besteira, tem que vim alguém de casa pra dizer que tá tudo bem com todo mundo...que cê sabe né? Homem é tudo fraco da cabeça, né? Qualquer coisa é já tá pensando em besteira, parece que nunca cresce. Por isso que precisa da mãe, da mulher vim ver eles, pra eles sossegar e puxar a cadeia direitinho!”* (Neusa⁷).

Falavam ainda que embora manter a assiduidade dessas visitas fosse uma tarefa difícil, visto que suas responsabilidades e compromissos pessoais tivessem que, obrigatoriamente, se adaptar a agenda da instituição, faltar a visita era algo pensado como extraordinário, algo que somente ocorreria quando não houvesse outra opção, por isso, datas e horários pessoais⁸ passavam a estar sujeitas a um controle externo vindo da instituição prisional na qual seu parente estava preso.

⁶ A naturalização aqui é pensada como a capacidade de introduzir no cotidiano práticas que anteriormente não pertenciam ao repertório cultural dos indivíduos. Aos poucos os questionamentos acerca dos porquês vão sendo esmaecidos, sem que, entretanto, isso cesse o desconforto que muitas vezes essas práticas causem.

⁷ Todos os informantes têm nome fictício – de familiares a técnicos do sistema – nenhum nome foi mantido numa tentativa de manter a privacidade dos interlocutores.

⁸ Uma de minhas informantes relatou que o casamento de sua filha teve o horário trocado menos de um mês antes de ser realizado, tudo isso porque a unidade prisional alterou os horários de visitas que haviam anteriormente divulgados, nas palavras dela: *“convites distribuídos, tudo pronto e tivemos que mudar tudo, que o pai já não ia, imagina a dor que ele tava sentindo, não dava pra gente ir pra festa em vez de vim ver ele aqui.... sorte que o pastor é nosso amigo e entendeu.... sorte e Deus olhando por nós!”*

Quando eu indagava a elas como e porque elas se sujeitavam a esse tipo de coisa, um elemento era sempre acionado como resposta: o *Amor*.

O amor nunca perece! (1 Coríntios 13:8)

Somente o amor poderia explicar porque essas mulheres se mantinham ligadas aos seus parentes presos, porque “puxavam cadeia” junto com eles, porque se submetiam a uma intromissão tão violenta vinda das instituições prisionais em seu cotidiano, visto que elas não haviam cometido crimes, sido julgadas e presas. O amor era a explicação que sustentava suas narrativas. O amor maternal e o amor romântico era o que justificava todas as suas ações.

Embora uma boa parcela do texto de minha tese esteja ligada a discussão do amor romântico (aquele que liga homens e mulheres em matrimônio e romance) nesse ensaio optei por recortar apenas os relatos ligados ao amor maternal, isso porque, falar sobre os dois temas excederia, e muito, os limites desse texto.

Assim, muitas vezes, quando perguntava para minhas interlocutoras o que as levava a manterem as visitas, já que as mesmas tinham um custo emocional alto para essas mulheres, ouvia de forma recorrente a seguinte pergunta: *“você é mãe?”* Frente a minha negativa a sequência era uma resposta que pouco se alterava, algo como: *“quando você for mãe vai entender”* ou *“espera então... sua hora também vai chegar”*.

A maternidade era o que as unia e criava sua identidade individual e social, estavam ali porque eram *mães de presos e presas*. Em minhas conversas ouvi o relato de diversas trajetórias pessoais. Estas mulheres haviam chegado à maternidade por caminhos os mais diversos possíveis, alguns alegres, outros nem tanto, mas havia unanimidade quando diziam que este evento havia modificado a vida delas para sempre. Era o fato de ser mãe que fazia com que, na atualidade, estas mulheres alterassem suas rotinas para poderem visitar seus filhos e filhas, que mudassem de casa, de empregos, tudo para poder dar conta das demandas advindas do fato de terem parido seus filhos e os mantidos junto a elas.

Para elas, o amor advindo da maternidade se daria, naturalmente, com suas características peculiares que, em certa medida, não eram partilhadas com as outras formas conhecidas do amor. O amor de mãe estava nelas como potência e estaria em mim também, a única diferença era o fato de que elas, por já terem dado à luz aos seus filhos, o tinham acessado e eu, segundo elas, passaria pelo mesmo processo quando tivesse os meus.

O inquestionável destino das mães era: amar seus filhos incondicionalmente. Quanto mais estes filhos. Estes, especificamente, por terem cometido atos condenados pela sociedade em geral e estando, portanto, em desvantagem, necessitavam de suas mães um amor redobrado. Abandonados, muitas vezes, pelas outras pessoas de seu convívio anterior, não teriam, segundo elas, o mesmo tratamento vindo de suas mães.

Mas, nem só de amor vivem as filhas do sistema penitenciário, aos poucos fui percebendo a existência de elementos que matizavam essa condição amorosa. O sofrimento também era sentimento abundante nestas famílias, essas mães amavam seus filhos, sofriam por vê-los nas condições em que se encontram e se sentiam responsáveis pelo que ocorreu a eles. Não há

dúvidas, para a maior parte delas, que a criação de seus filhos teve falhas, e sendo isso verdade, quem seria responsável pela situação em que seus filhos/as se encontravam naquele momento? Não havia dúvidas, eram elas.

Amor, sofrimento e culpa, estes ingredientes estavam presentes em todas as falas dos familiares com que tive contato, associados a eles: dever, compromisso e honra, que entrelaçados dão sustentação as experiências vivenciadas por estas pessoas.

Para muitas de minhas interlocutoras, a maternidade é uma missão para a vida toda. Muito embora seus filhos já estivessem criados, fossem adultos e, muitos deles agora também pais, isto não diminuía a responsabilidade que elas tinham sobre eles. Na verdade, estas mulheres evocavam em suas falas uma construção social acerca da maternidade e suas obrigações. Embora não tenha ouvido delas a palavra instinto, todas as vezes que falávamos sobre o tema, era essa a sensação que elas me passavam. A maternidade estava impressa no D.N.A. feminino como algo inexorável. Armazenado em algum lugar do inconsciente das mulheres estavam as informações necessárias ao desempenho deste papel, informações que seriam ativadas a partir do momento em que as mulheres parissem. Algo como um *chamado da natureza*.

Entretanto é preciso esclarecer que estas mulheres não formulavam suas reflexões desta maneira, mas o conteúdo expresso em suas falas tinha, sem dúvida, um grande lastro biologicista. Como, aliás, tinham também suas reflexões acerca do que era ser mulher. Em vários momentos pude perceber que havia quase uma simbiose entre os dois termos. Mulher e mãe eram pensadas como sinônimo. Destino de todas as mulheres, a maternidade viria, mais cedo ou mais tarde.

É preciso admitir que o tema de nossas conversas, muitas vezes, levava a esta ligação, estávamos falando sobre famílias e como elas se mantinham, mas não pude deixar de notar como para grande parte delas negar a maternidade passava longe de uma possibilidade, mesmo quando falava com mulheres mais novas.

É então, a partir desse quadro, que gostaria de fazer algumas reflexões acerca da maternidade e de como a virada do século XIX para o XX, somado aos escritos de Freud se relacionam com a temática discutida, na verdade, vamos tentar responder a questão que dá título à esse ensaio: que é que Freud tem a ver com isso?

Para iniciar essa reflexão é preciso ressaltar que a maternidade não é um conceito estático, ou seja, ela será definida, sentida e vivenciada de formas diferenciadas em cada momento histórico e, será sobre essas modificações históricos que discorreremos na sequência desse texto. A proposta é acompanharmos um dos textos mais conhecidos acerca do tema escrito por Elisabeth Badinter (1985)⁹; em “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, a autora desvenda os

⁹ Posteriormente ao texto de Badinter, outros irão se voltar a discussão da maternidade. No cenário nacional, Lucila Escavone tem uma larga discussão acerca da maternidade na contemporaneidade, outra autora bastante reconhecida é Martha Ramirez-Galvéz ou ainda Sheila Kitzinger, no cenário internacional, outra autora importante

caminhos percorridos pela sociedade para que hoje tenhamos, no que tange a maternidade, uma postura que muitas vezes se aproxima da sacralização. Segundo a autora, discutir o tema suscitou discussões acaloradas.

A julgar pelas reações apaixonadas que este livro provocou – e que me surpreenderam, confesso –, a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato (Badinter, 1985, p. 9).

Recorrendo a referenciais de diversas áreas (da arqueologia a biologia), Badinter vai remontando a construção social realizada acerca da maternidade; utilizando-se de documentos oficiais, romances, textos científicos e filosóficos, irá demonstrando como, pouco a pouco, questões hoje naturalizadas vão sendo incluída no cotidiano das mães. Partindo da amamentação, a autora propõe que comecemos a repensar práticas que hoje são corriqueiras quando pensamos em maternidade e maternagem.

Badinter demonstra como, historicamente, de fato a mãe ocupou, durante longos séculos, um papel coadjuvante na criação de seus filhos. A centralidade era paterna. Por um longo período histórico, as mulheres eram consideradas inaptas a desempenhar qualquer papel relevante na educação de seus filhos, a autoridade paterna era central e, portanto, o papel de educador cabia ao pai. Acompanhando a autora, mas nos atendo apenas ao ocidente, vale lembrar que já em Aristóteles estava presente a ideia da inaptidão feminina ligada a uma inferioridade condicionada pela própria natureza. No livro I de *A Política* (2007), Aristóteles afirma que a relação entre marido e mulher está como a do governante para o cidadão livre, enquanto que a de pai para filho como a de rei para seus súditos. Apresentando a família como uma comunidade natural, baseia as relações que nela se desenvolvem a partir da dominação, seja na de senhor/escravo, ou na de marido/mulher. Para o autor, essa estrutura de dominação era perfeita, já que cumpria de forma exemplar as funções sociais da família. Na família, cada indivíduo cumpria um papel específico, que trazia consigo exigências únicas.

Uma família completamente organizada compõe-se de escravos e de pessoas livres. Mas como só se conhece a natureza de um todo pela análise de suas partes integrantes, sem exceção das menores, e como as partes primitivas e mais simples da família são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos, convém examinar quais devem ser as funções e a condição de cada uma destas três partes. (Aristóteles, 2007, p: 13)

sobre a temática é Nancy Chodorow. A escolha de uma única autora dando base a essa discussão, ou seja, a escolha do texto de Badinter para sustentação dos argumentos se dá pautada por três pontos principais: o primeiro deles é que não se trata de um texto acerca do “estado da arte” da temática, sendo assim, não há a pretensão de englobar toda a literatura sobre o tema, segundo porque sua leitura histórica que acompanhando o processo de transformação das práticas sociais ligadas a maternidade nos possibilita pensar em mudanças e permanências (o que nos auxilia na defesa de algumas de nossas reflexões) e terceiro porque se trata de um texto disseminador da temática discutida, portanto essencial em sua discussão.

Assim, cada membro (e os escravos faziam parte da família) cumpria uma função e essas traziam consigo exigências específicas, de modo que não fosse possível pensar na rotatividade de papéis. Se ao escravo cabia o papel de servir ao senhor, não seria sequer justo que se exigisse dele capacidades comparáveis ao do senhor, a mesma relação se dá com as mulheres e os filhos. Assim, segundo Aristóteles:

O pai de família governa sua mulher e seus filhos como a seres livres, mas cada um de um modo diferente: sua mulher como cidadã, seus filhos como súditos. Na ordem natural, a menos que, como em certos lugares, isto tenha sido derogado por alguma consideração particular, o macho está acima da fêmea e o mais velho, quando atinge o termo de seu crescimento, está acima do mais jovem, que ainda não alcançou sua plenitude. Na ordem política, tal como ela existe na maior parte dos povos, obedece-se e comanda-se alternadamente. Todos os homens livres são considerados iguais por natureza e todas as diferenças se eclipsam; tanto que se torna preciso distinguir os que comandam dos seus inferiores por marcas exteriores, os hábitos e as dignidades, como disse Amasis, falando de sua bacia transformada em deus". Quanto ao sexo, a diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade. A autoridade dos pais sobre os filhos é uma espécie de realeza; todos os títulos ali se encontram: o da geração, o da autoridade afetiva e o da idade. É até mesmo o protótipo da autoridade real; foi o que fez com que Homero dissesse de Zeus: É o pai imortal dos homens e dos deuses e, por conseguinte, o rei de todos eles. Pois um rei, se recebeu da natureza alguma superioridade sobre seus súditos, continua a ter o mesmo gênero que eles, como os velhos com relação aos jovens e como um pai com relação a seus filhos. (Aristóteles, 2007, p. 25)

O autor prossegue se perguntando se era possível exigir de todos os membros da família as mesmas virtudes. "A mesma questão pode ser colocada a respeito das mulheres e das crianças. Devemos exigir delas certas virtudes? Por exemplo, deve uma mulher ser sábia, corajosa e justa? Deve uma criança ter contenção e sobriedade" (2007, p. 23). A resposta obviamente é negativa, existem gradações nas virtudes, nas capacidades e habilidades de cada um dos componentes da família, a capacidade máxima nas virtudes cabia então ao homem, senhor, pai e marido, naturalmente então, o direcionamento da educação dos filhos cabia aos pais.

Essa tradição não encontra grandes transformações durante toda a Idade Média e, é possível pensar que o cristianismo acrescenta elementos de reforço a tal estrutura. Advinda da bíblia em sua narrativa, havia sido Eva quem teria desviado a humanidade de seu curso paradisíaco. A sociedade medieval, pautada na tradição judaico-cristã apoiava-se na ideia de uma hierarquia de origem, primeiro Deus havia criado o Homem para só posteriormente criar sua companheira e serva, a mulher, soma-se a isso a ideia do pecado original, da expulsão do paraíso e das mazelas que acompanhavam a humanidade desde então, o resultado só poderia ser o de rebaixamento da mulher frente a sociedade, mas também frente ao mundo espiritual (a grande preocupação desse momento histórico). É novamente em textos bíblicos que encontraremos muitos dos elementos que pautaram práticas sociais durante o período. Em Primeiro Coríntios, podemos ler: "As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus

próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja” (1 Co 14:34-35). Ou, em Timóteo:

A mulher aprenda em silencia, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silencia. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. (1 Timóteo 2:11-14)

Encontraremos, em toda a Idade Média, a leitura já consagrada do lugar de inferioridade das mulheres em relação aos homens. Souza (2004) ao falar da história das mulheres na Idade Média, afirma que:

Alguns Padres da Patrística – Tertuliano, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho – viram a mulher como um ser inferior ao homem.

O antifeminismo de Tertuliano (1160-225) foi o mais radical:

Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano. Mulher tu é a porta do diabo. Foste tua que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina (DELUMEAU, 1989, p. 316).

Esta mentalidade discriminadora da antiguidade cristã perpassou grande parte do período medieval. Por isso, nos séculos X e XI, a encontramos repetida por alguns prelados. Assim, Godofredo, Bispo de Vandoma, falecido em 1132, dizia que: Este sexo envenenou o nosso primeiro pai, que era o seu marido e pai, estrangulou João Batista, entregou o corajoso Sansão à morte. De certa maneira, também, matou o Salvador, por que sea sua falta o não tivesse exigido, o nosso Salvador não teria tido a necessidade de morrer. Desgraçado sexo em que não há nem temor, nem bondade, nem amizade e que é mais de temer quando é amado do que quando é odiado. (DALARUM, 1993, p -34-38)

Por sua vez, Marbode, Bispo de Rennes, falecido em 1123, considerava a mulher como “A pior das armadilhas preparadas pelo inimigo”, “A raiz do mal, fruto de todos os vícios.” (DALARUM, 1933, p. 34-38) (Souza, 2004, p. 159, 160)

Embora muitos dos conceitos advindos dos pensadores medievais – que em grande parte estavam vinculados a Igreja Católica – sejam examinados, suavizados e modificados com o advento do Renascimento, os que entendiam as mulheres como seres inferiores aos homens passaram ainda um longo tempo sem que fossem questionados. Souza afirma que, no entanto, a situação feminina é alterada pelo que ele denomina de “doutrina do matrimônio”. Essa doutrina vai definindo o espaço social que deveria ser ocupado pelas mulheres em uma sociedade dominada pela religiosidade cristã.

Por outro lado, concomitantemente, a Igreja foi desenvolvendo a doutrina do matrimônio cristão. Ainda no final da antiguidade cristã, Santo Agostinho (354-430), Bispo de Hipona, vislumbrava no casamento um tríplice bem: a geração de espécie humana, a fidelidade entre os nubentes e a indissolubilidade da união, que é o sacramento: proles, fides, sacramentum. (GAUDEMET, 1987, p. 55).

Esta doutrina foi confirmada pelos Papas, nos séculos posteriores.

Do século VI ao X, a Igreja Católica lutou para modelar a sociedade medieval de acordo com a doutrina cristã do casamento.

O concílio de Florença (1431-1445) corroborou as decisões pontifícias assumidas anteriormente sobre o matrimônio como sacramento. Teologicamente, a união entre o homem e a mulher simboliza a união indestrutível entre Cristo e a sua Igreja, conforme a doutrina de São Paulo, em Efésios 5,52.

É escusado dizer que estas determinações conciliares contribuíram para disciplinar a sociedade medieval e elevaram a dignidade da mulher como pessoa humana.

Entretanto, na prática, não foram suficientes para mudar juridicamente a posição da mulher casada na sociedade medieval, que continua sendo subordinada ao marido.

Verdade é que o enlace matrimonial obedecia a interesses econômicos e sociais. Assim, entre as camadas sociais de nível mais elevado, os nubentes não tinham vontade própria, isto é, direito de escolha. Nestes segmentos sociais, a realização de uma união conjugal obedecia a um plano estratégico, cuja finalidade era preservar ou ampliar o patrimônio familiar (Sousa, 2004, p. 163.164)

Tal posição vai pouco a pouco sendo reforçada e, cada vez mais o espaço privado passa a ser compreendido como o espaço social destinado as mulheres. Todavia, a questão da autoridade paterna¹⁰ sobre os filhos ainda causará disputas entre a Igreja e os estados nacionais em formação. Quem define até onde vai a autoridade paterna? Poderiam os filhos, por exemplo, escolher seus cônjuges sem a intervenção paterna? Há limites para o direito de punição dos pais? Alguns séculos decorrem até que a disputa encontre certo equilíbrio. Segundo Badinter entre éditos reais, concílios e bulas papais, a situação vai sendo definida, limites estabelecidos, lugares sociais instaurados, mas não há dúvidas quanto o protagonismo masculino quando se trata de autoridade sobre os filhos.

Entretanto, novos elementos vão sendo recrutados na construção dessas famílias. Se durante um longo período, amor e afeto não faziam parte dessa construção – já que os casamentos eram pensados como criadores/reforçadores de alianças sociais, políticas e econômicas – a medida que nos aproximamos da Revolução Francesa e da ascensão da cultura burguesa, esses padrões serão substituídos. As grandes transformações culturais desse período alteraram a lógica de organização social em larga escala. Os ideais de liberdade e igualdade entre os homens – propagados pela revolução – atuaram em várias frentes, da política as relações pessoais e, dentre todas as mudanças, as que passavam pela esfera da vida privada serão as quais prestaremos maior atenção nesse momento.

¹⁰ Note que se trata de um questionamento ligado ao papel do pai com relação aos seus filhos. O papel das mães continua relegado à subalternidade, tanto com relação aos pais quanto aos maridos. Assim as mulheres continuam sendo pensadas e representadas – nos textos e na prática social – como incapazes de amadurecer e tornarem-se adultas e autônomas.

Segundo Perrot (2009) há que se entender que as rupturas causadas pela Revolução – e que haviam apurado as distinções entre público e privado – puderam ser sentidas a curto e longo prazos. Se, coetaneamente a ela, a ideia de privado tornou-se suspeita (visto estar ligada aos interesses pessoais tidos como concorrentes aos interesses coletivos e do Estado) a longo prazo, sua influência estabeleceu os contornos sociais que, em grande parte, nos acompanham até hoje. “Num prazo mais longo, a Revolução acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas” (Perrot, 2009, p. 14). Assim a construção das famílias – cada vez mais urbanas e burguesas – passa a ser definida por seus cônjuges, a casa assume feições de reino da feminilidade e as mulheres recebem contornos de rainhas desse novo lar:

Elas constroem uma moral doméstica cujos principais eixos foram apontados por Bonnie Smith: a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo, a reprodução como auto justificação. É através dessa função que as burguesas rodeadas de filhos – a taxa média de filhos por família, entre 1840 e 1900, passa de cinco para sete – conferem sentido as suas menores ações. Do asseio e da decoração do lar à observância quase religiosa de uma moda tirânica – vejam-se as “horas do dia” desenhadas por Devéria – de cada mínimo trabalho feminino (pois a dama precisa estar constantemente ocupada) à obsessão pelas contas (esse tormento da senhora do lar que com frequência precisa se restringir ao que lhe é dado pelo marido, a quem deve prestar contas): cada detalhe adquire sentido numa moral de fundamento mais simbólico que econômico. (Perrot 2009, p. 129, 130)

Concomitante a isso, dois mitos vão se constituindo, o do amor romântico e da maternidade. Segundo Giddens (1993) o final do século XVIII assistirá à construção de uma nova modalidade de amor para a constituição dos matrimônios, o amor romântico; a partir de então ele vai ocupando a centralidade nas relações conjugais. O “romance” agora faz-se necessário para a constituição das famílias. Incorporando elementos do “amor paixão” – moralizados, fique claro – somados aos do “amor sublime” – as ligações propiciadas pelo “amor romântico” são o novo ordenamento das famílias. Entretanto, isso se dá de forma diferenciada entre os gêneros. Ironicamente Giddens fala sobre esse tema, afirmando que: “Alguns têm dito que o amor romântico foi um enredo engendrado pelos homens contra as mulheres para encher suas cabeças de sonhos fúteis e impossíveis. ” (Giddens, 1993, p. 52), isso porque, as construções idealizadas acerca do matrimônio, da família e da maternidade passam a circular e orientar as práticas sociais. A centralidade assumida pelas mulheres nesse período reforça seu lugar como rainha do lar, responsável pelo bom andamento da família, a moral e a honra familiar passam a ser sua principal ocupação. Qualquer problema detectado nesse ambiente é tributado a sua incompetência na gerência do espaço designado para a sua ação.

Como já dissemos anteriormente, as discussões acerca do amor romântico não farão parte desse ensaio, mas a menção de sua construção se fez necessária na medida em que o ideário do amor materno está profundamente entrelaçada ele. Ainda segundo Giddens:

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da “esposa e mãe” reforçou o modelo de “dois sexos” das atividades e dos sentimentos. As mulheres eram reconhecidas pelos homens como sendo diferentes, incompreensíveis – parte de um domínio estranho aos homens. A ideia de que cada sexo é um mistério para o outro é antiga, e tem sido representada de várias maneiras nas diferentes culturas. O elemento distintivamente novo, aqui, era a de associação da maternidade com a feminilidade, como sendo qualidades da personalidade – qualidades estas que certamente estavam impregnadas de concepções firmes da sexualidade. (Giddens, 1994, p. 53-54)

Aqui já é possível assinalar uma diferença bastante grande entre os papéis sociais desempenhados pelas mulheres historicamente. Se durante um longo tempo a mulher foi subtraída da maternidade¹¹ e considerada inapta para a educação dos filhos – principalmente dos filhos homens - nesse novo momento está sendo consolidada uma outra posição social relativa as mulheres e a maternidade, a mulher passa assim a ser circunscrita a ela:

A partir de finais do século XVIII, e especialmente no século XIX, começa a ser construído um novo discurso que invoca argumentos essencialistas para fundamentar a ideia de que a mulher havia sido talhada pela natureza para ser mãe e permanecer no lar como guardiã da moral e dos bons costumes. Embora esse novo discurso se apresentasse igualmente como um sistema homogêneo de pensamento, que aspirava a uniformizar, invocava agora a biologia, a anatomia e a natureza, entendidas todas elas de um modo diferente de como eram entendidas antes, com o objetivo de provar que toda mulher havia nascido para ser mãe. A emergência desse novo modelo responde a um processo histórico de mudança social, sumamente complexo e contraditório, desencadeado pelas profundas transformações que acompanharam a expansão do capitalismo e a consolidação do Estado-Nação moderno, e entre as quais, privilegiaremos duas – uma, que poderíamos denominar de “revolução científica”; e a outra, de “revolução político-ideológica”. (GOMEZ, G. 2000, p. 56, 57)

Gomez (2000) ressalta que essa ligação vem sendo desenvolvida pelos pensadores desde o iluminismo, vários autores do período “gastam” algum tempo de suas reflexões para pensarem o espaço social das mulheres nessa nova sociedade que se configura.

Michelet (1798-1874) foi um fiel representante desta ideologia da maternidade e do espaço privado, que fixa a sexualidade feminina nas intensidades do parto e da amamentação. Ele considerava a maternidade como um instinto com o qual toda mulher nascia e, ao mesmo tempo, como uma compensação por causa da recusa ao prazer sexual que acompanhava

¹¹ Durante um longo período histórico o papel da mulher na procriação da espécie era apenas o de emprestar seu corpo para o desenvolvimento do feto, não sendo atribuída a ela a capacidade de gerar ou contribuir na geração da vida. Conferir Laqueur, 2000. A invenção do sexo.

o ideal de casamento. Idealizava-a, mas apenas em sua dimensão dolorosa, como se não houvesse lugar para o prazer, como se o erotismo materno fosse identificado só com dor e sofrimento. Também Balzac retrata essa ideologia da rainha do lar da burguesia e da classe média através de Renée, o personagem principal de sua obra *Mémoires de deux jeunes mariés*: casada com um homem gentil, Renée deseja a maternidade para poder viver o erotismo e o prazer que não vive com seu marido e vivencia a experiência da amamentação com uma sensação semelhante ao orgasmo (Badinter, 1980) (Gomez, 2000, p. 62).

Obviamente, se a função social das mulheres é a maternidade e seu espaço o lar, a saída deste e a busca por ocupar novas funções na sociedade só poderia ter como resultado um processo de decadência moral.

Estamos aqui frente a um paradoxo, já que o ideário revolucionário havia dito que todos os Homens – usado aqui como sinônimo de Humanidade – nasciam livres e iguais, assim, sujeitos de direitos, podendo, portanto, escolher seus destinos e lugares sociais – afinal na defesa dessa tese revoluções e guerras estavam sendo travadas no mundo inteiro - como era possível continuar a manter a mulher numa posição de inferioridade?

[...] a partir das Luzes e do próprio processo da Revolução, a visão da mulher como impotente e incapaz, mantida durante séculos, espelhando e afirmando de modo explícito e sem ambiguidades a cultura patriarcal em sua versão mais rigorosa, teve que ser modificada, pois era impossível falar do sexo feminino de um modo que contrariasse a ideia de que ele contribuía para o processo civilizatório como representante da moral e dos bons costumes. O pensamento patriarcal não podia ser tão inflexível como o dos gregos porque, para os modernos, a mulher tinha uma responsabilidade cívica, uma cidadania moral, para que a espécie humana se tornasse mais perfeita (Fraisie, 1998). (Gomez, 2000, p. 63)

Novamente o ideário iluminista será acionado, vale lembrar que esse movimento filosófico tem como mote a centralidade da razão como lógica de pensamento e a ciência como maneira de explicação, portanto, a ciência cabia o papel de construir uma narrativa lógica e consistente que garantisse a manutenção das mulheres no espaço privado, principalmente voltadas ao matrimônio e a maternidade. Embora pudessem reconhecer as capacidades femininas para os estudos ou para a vida pública, os pensadores do período reforçavam, constantemente, que a mais importante função social das mulheres era a maternidade, negá-la seria descumprir o papel natural para o qual foram criadas. Por isso mesmo, práticas sociais consideradas legítimas até o período, como a entrega das crianças a amamentação por amas, a utilização de governantas ou preceptores na educação infantil, e a internação em “escolas” especializada passavam a ser constantemente atacadas.

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes «ordenam»

amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. Aliás, evoca-se com prazer sua existência nos tempos antigos, e nós mesmos constatamos que o teólogo J.L. Vives se queixava da excessiva ternura das mães em meados do século XVI. Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. (Badinter, 1985, p. 146)

A autora ainda fala sobre necessidade mercantil dessa mudança. Para muitos pensadores o século XVII havia sido bastante abalado pela mortandade, alguns afirmavam que a população estava diminuindo e que o compromisso de todos deveria se dar no sentido do crescimento populacional e, nesse contexto, a ocupação feminina na maternidade e seus cuidados era essencial.

Por outro lado, o mito da diminuição da população é uma ideia dos filósofos e um argumento dos economistas fisiocratas, provavelmente originada das estimativas fantasistas e demasiado baixas feitas em meados do século. É mais importante para nós a ideia que tinham os contemporâneos acerca da demografia do que a realidade dos fatos. Mesmo injustificados, os gritos de alarme de Montesquieu, Voltaire, Rousseau e dos fisiocratas tiveram consequências. Pois à força de ouvir de vozes tão autorizadas que a França se despovoava, todos os que tinham alguma responsabilidade admitiram a ideia como fato indiscutível e, portanto, como um problema a resolver.

Ninguém pensou em se surpreender com os cálculos de Montesquieu de que “há na terra apenas 1/10 dos homens que nela havia nos tempos antigos”. Nem em verificar as estatísticas apresentadas por Voltaire, segundo as quais, em mil crianças, 600 chegavam aos vinte anos. Nem em pedir especificações a Rousseau, que afirmava peremptoriamente estar a Europa se despovoando, pois as mães já não queriam cumprir o seu dever. (Badinter, 1985, p. 151, 152)

É desse período o início da intensa cruzada em prol da maternidade e do dever moral das mulheres com da maternagem. Ainda segundo a autora, a verdade é que já nesse período a criança havia desenvolvido seu valor mercantil, a longo prazo, a criança nascida seria o produtor de riquezas de amanhã e, à medida que as transformações no sistema produtivo se acentuavam, o papel de consumidor não se faz menos importante, por isso mesmo o Estado viabilizará meios para que, cada vez mais, se responsabilizem as mulheres-mães pelo sucesso ou fracasso ligado a mortalidade infantil. Badinter afirma que levantamentos populacionais do período buscam refinar mecanismos de definição de mortalidade infantil para que se possa ter a exata noção de há quantas andam os cuidados maternos. O discurso médico acerca da amamentação já repercute desde meados do século XVIII, entregar as crianças a amamentação de uma outra mulher (prática recorrente entre todos) vai se tornando algo negativo, imoral e uma irresponsabilidade feminina.

Todos se imiscuem: médicos, moralistas, filantropos, administradores e pedagogos, sem esquecer os chefes de polícia de Paris e de Lyon. Cada qual repete, incansavelmente, os

mesmos argumentos para convencer as mulheres a se ocuparem pessoalmente de seus filhos. Pois, se um certo tipo de mulheres, pouco numerosas, eram receptivas às teses rousseauianas, a convicção e a aceitação teórica não iam até a colocação em prática dessas novas teorias. A tarefa exigida devia parecer ainda bem pesada às mulheres, para que se lançassem ao trabalho. Seriam necessárias várias décadas, e muitas argumentações, sermões e requisitórios para que as mulheres se resolvessem, por fim, “a cumprir seus deveres de mãe”. Durante mais de um século, foram utilizados constante e simultaneamente três tipos de argumentos que podemos resumir assim: “Minhas senhoras, se ouvirdes a voz da natureza, sereis recompensadas, mas se a desprezardes, ela se vingará, e sereis punidas.” (Badinter, 1985, p. 181)

A autora fala do nascimento de uma nova mãe, responsável pela educação, mas também pela saúde física e mental das crianças, a presença do médico de família, acompanhando o crescimento dos bebês, constituem o que autora designa de “aliança privilegiada”, mães apoiadas em práticas médicas ocupam a centralidade das casas burguesas do período.

A nova mãe passa, portanto, muito mais tempo com o filho do que a sua própria mãe passara com ela. E é bem o fator “tempo” que melhor marca a distância entre duas gerações de mulheres. As antigas mal “tomavam conhecimento” da prole, e consagravam o essencial de seu tempo a si mesmas. As novas vivem constantemente junto dos filhos. Amamentam, vigiam, dão banho, vestem, levam a passear e cuidam. A criança já não é relegada à distância, ou a um outro andar. Ela brinca ao pé da mãe, faz as refeições a seu lado e conquista seu lugar no salão dos pais, como o testemunham numerosas gravuras. Estabelecem-se laços que tornam mais difíceis, senão impossíveis, as separações de antigamente. Os pais, e a mãe em particular, não têm mais o desejo de exilar os filhos nos conventos ou nos colégios. (Badinter, 1985, p. 211)

Badinter faz-nos ver que a burguesia é a primeira atingida por esse novo discurso, as classes menos favorecidas e as mais ricas vão sendo, pouco a pouco, encompasadas por essa nova forma de lidar com a maternidade. Entretanto há “reticências e resistências” entre as mulheres, a autora fala de mães consideradas negligentes e trapaceiras, já que incorporavam o discurso da nova maternidade ao mesmo tempo que mantinham práticas agora consideradas escusas. É sobretudo para essas mulheres que os discursos médicos e os cuidados do Estado são voltados, de tal forma que as novas mães se viram, forçosamente, obrigadas a assumir o novo padrão de maternidade instaurado.

As que se recusaram a obedecer aos novos imperativos sentiram-se mais ou menos obrigadas a trapacear e a simular de todas as maneiras. Alguma coisa, portanto, mudara profundamente: as mulheres se sentiam cada vez mais responsáveis pelos filhos. Assim, quando não podiam assumir seu dever, consideravam-se culpadas. Nesse sentido, Rousseau obteve um sucesso muito significativo. A culpa dominou o coração das mulheres. (Badinter, 1984, p. 235).

Aqui fazemos um parêntese rápido para introduzirmos um ponto importante da reflexão proposta por esse texto. Acompanhamos, juntamente com Badinter, o percurso histórico que trouxe as mulheres da ausência para a centralidade no processo da maternidade, vindo como, pouco a pouco, todas as áreas do conhecimento humanos vão sendo acionadas para a construção de discurso social acerca do papel das mulheres e da maternidade. Realçemos agora um novo elemento: todo esse discurso médico e científico acerca da maternidade será reforçado pelo discurso da psicanálise ao final do século XIX. Para uma melhor compreensão do tema, é preciso lembrar que Freud tem a pretensão de criar uma nova ciência, com objeto e metodologia próprias: a psicanálise, que se quer outra coisa que não psicologia; ao mesmo tempo em que pretende um afastamento do determinismo biológico. Essa tensão pode ser sentida em vários momentos de sua obra¹².

Assim, a proposta da psicanálise não está centrada na discussão e compreensão do feminino e suas especificidades, mas acabará também fazendo esse papel, ainda que pela negação ou contraposição¹³. Entretanto, para o autor, falar da psique feminina não era tarefa simples:

Freud nunca ocultou sua dificuldade em descrever o desenvolvimento psíquico da sexualidade feminina. Isso porque o que navegava em águas serenas, a tramitação edípica no menino, encontra na menina uma correnteza difícil de controlar. O primeiro problema que se apresenta é que um evento importante deve acontecer para romper o idílio mãe-filho. No menino, a angústia da castração o conteria em seus desejos libidinosos e o levaria para o mundo dos objetos. Assim, embora Freud defenda que não se pode agarrar a diferença anatômica para entender a oposição masculino-feminino, claramente o pênis terá aí um papel fundamental. A diferença anatômica, para ele, poderia levar à biologia a responsabilidade pela diferença psíquica entre os sexos. (Molina, 2011, p. 58).

Assim, Freud¹⁴ dirá que a saída do complexo do Édipo se dá de forma diferente para meninos e meninas; para os meninos, como vimos acima, se dará sob a ação do complexo de castração, vivido como um conflito entre seus desejos pela mãe e o interesse dirigido ao seu próprio órgão sexual. Já na menina, a castração levará a um forte sentimento de inferioridade e ao abandono do Édipo, o reconhecimento da diferença sexual obriga-a a se direcionar para a feminilidade pela

¹² Apenas para citar um exemplo, há já uma produtiva discussão acerca do conceito de pulsão freudiano que se encaminha nessa direção, ou seja, qual a dimensão da biologia na definição desse fenômeno? Conferir: Ferrari, 2008; Barbosa et al, 2005; Winograd, M, Costa, L. 2009.

¹³ Vale lembrar que embora esse não seja o objetivo de Freud, visto reconhecer em mais de um momento que a feminilidade continua sendo “um continente obscuro”, suas reflexões são fundamentais para esse campo do estudo, visto que vários autores o utilizam como base.

¹⁴ Ponto importante a ser frisado: Freud irá mudar algumas vezes seu ponto de vista com relação a saída desse complexo no que tange as mulheres durante sua obra. Apenas a título de ilustração, temos um posicionamento em 1923 (A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade), modificada em 1924 (A Dissolução do Complexo de Édipo) e reescrita entre 1925- 1931 (Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos)

renúncia ao pênis que é substituído pelo forte desejo de ter um filho. Portanto, em sua construção teórica o papel feminino encontra um adensamento quando se pensa na maternidade.

Já apontamos anteriormente, que a felicidade dos filhos passou a estar ligada ao bom desempenho de seus pais durante seu processo educativo e, nesse momento, mas especificamente das mães. Entretanto, se até aquele momento tratava-se de uma responsabilidade muito mais afincada ao universo objetivo¹⁵, isso é, estava ligado a higiene, alimentação, moradia, vestimentas e afins, com a entrada da psicanálise, outros fatores passam a também serem debitados na conta materna, e principalmente a mãe, passava a ser considerada como central no desenvolvimento físico, emocional e moral de seus rebentos.

Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental, que já encontrávamos entre os reformadores católicos e protestantes do século XVII, não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XVIII. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica.

Podemos dizer desde já que se o século XVIII a confirmou, acentuando a responsabilidade da mãe, o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna. (Badinter, 1985, p. 178)

Como ressalta a autora, somado a responsabilidade materna vem a culpa de qualquer possível insucesso. Esta parece ser a grande herança do século XIX e XX ao universo da maternidade. Neste sentido, a psicanálise, pautando-se nos pressupostos freudiano tem papel fundamental. A saúde mental dos filhos está atrelada a saúde mental de seus pais. Simplificadamente, a teoria freudiana irá dizer que, no caso específico das mulheres, o bom desempenho destas na maternidade está intimamente ligado à possibilidade de superação do trauma causado pela descoberta da “castração” (ausência do pênis). A mesma teoria apresenta ainda, para a superação de tal trauma, três possibilidades: a masculinidade, a inibição sexual ou o desejo de ter um filho. Esta última solução não representa em si uma recusa à castração, mas aparece como “uma saída fálica que, na perspectiva freudiana, fornece à mulher uma solução identificatória, o fato de ‘ter um filho’ leva-a a ser mãe.” (Costa Meira, 2010)

Assim, as mulheres serão boas mães na medida em que conseguirem transferir para a maternidade o desejo que tinham de possuir um pênis. Caso isto não acontecesse a contento, a probabilidade de as mães transferirem para seus filhos seus problemas psíquicos era bastante grande:

Depois de ter descoberto a existência do inconsciente e mostrado que ele se constituía durante a infância, e mesmo da primeira infância, os psicanalistas adquiriram o hábito de interrogar a mãe, e mesmo de questioná-la, à menor perturbação psíquica da criança.

¹⁵ Deixemos claro que essa não era uma responsabilidade pequena para o período, levando-se em consideração o pouco conhecimento que se tinha, por exemplo, dos fatores que ocasionavam as doenças, Koch e Pasteur, por exemplo, são do século XIX.

Embora a psicanálise jamais tenha afirmado que a mãe era a única responsável pelo inconsciente do filho, não deixa de ser verdade que ela foi logo considerada — e veremos porque — a causa imediata, senão primeira, do equilíbrio psíquico deste. Quer se queira ou não, a psicanálise levou a pensar, durante muito tempo, que uma criança afetivamente infeliz é filho ou filha de uma mãe má, mesmo que o termo má” não tenha aqui nenhuma conotação moral. De fato, para que uma mulher possa ser a “boa mãe” desejada pela psicanálise, é preferível que ela tenha experimentado, em sua infância, uma evolução sexual e psicológica satisfatória, junto de uma mãe também relativamente equilibrada. (Badinter, 1985, p. 247)

Sendo assim, o equilíbrio da figura materna é fundamental para o bom desenvolvimento emocional de seus filhos, se a mãe apresentava comportamentos perturbados, existia, segundo esta forma de pensar, grande possibilidade transmiti-los aos seus filhos. Uma mulher educada por uma mãe em desequilíbrio poderia ter dificuldades em assumir sua feminilidade e sua posterior maternidade.

A mãe má não é mais, portanto, pessoalmente responsável, no sentido moral da palavra, pois uma espécie de maldição psicopatológica pode pesar sobre ela. Será antes uma mãe “inadequada” a assumir seu papel, uma espécie de “doente” hereditária, mesmo que os genes nada tenham a ver com tal situação. Isso é tão verdadeiro que muitos psicanalistas sugerem hoje às mães cujos filhos têm problemas que se submetam elas mesmas a um tratamento analítico. A ideia essencial é a de que não basta tratar a criança, se não se combate, ao mesmo tempo, a raiz do mal, isto é, a má condição da mãe. (Badinter, 1985, p. 247-248)

Temos aqui a maternidade cada vez mais medicalizada. Já não bastava apresentar os cuidados durante a gravidez, cuidados com a amamentação e hábitos de higiene do bebê, cuidados com as vestimentas, cuidados com o desenvolvimento cognitivo e motriz, encontrávamos agora também indicações de como uma mãe *transtornada* por seus problemas emocionais poderia causar danos irreversíveis a vida da futura criança. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se criava uma mãe onipotente frente o futuro de seus filhos, mais o saber para tanto é colocado fora delas mesmas.

Não parece ser sem propósito então, que tais mães se tornem, mais e mais, aprisionadas pelo seu papel. Segundo a autora, a esteira das teorias freudianas, cada vez mais se impõe a mulher seu papel central na formação de indivíduos bem situados socialmente.

Com base nessas considerações, podemos proceder à descrição das atitudes e da vivência da boa mãe, aquela que o psicanalista-pediatra Winnicott qualificava de “normalmente devotada”. A primeira condição de uma boa maternagem reside na capacidade de adaptação às necessidades do filho, isto é, no prolongamento no plano psicológico, durante várias semanas após o seu nascimento, da relação biológica intra-uterina. Winnicott consagrou um artigo à descrição desse sentimento, “a preocupação materna primária”, que surge com a gravidez e dura algumas semanas após o parto. Ele poria a mãe num estado de retraimento e de dissociação próximo do estado esquizóide. Mas esse sentimento de hipersensibilidade materna é uma doença boa, que permite à “mãe normal” adaptar-se às primeiras necessidades do filho com delicadeza e sensibilidade. A mãe “normalmente devotada” define-se portanto, em primeiro lugar, pela sua capacidade de se preocupar com o filho, excluindo qualquer

outro interesse. É porque ela pode se colocar no lugar de seu bebê que este se desenvolve harmoniosamente, sem ser demasiado perturbado por privações de todo gênero.

Se ela não consegue fazê-lo, suas carências provocam fases de reações aos choques que interrompem o bom desenvolvimento da criança. Na pior das hipóteses, esse tipo de mãe “pode estar na origem de uma criança autista. (Badinter, 1985, p. 259)

O devotamento materno ao filho, não garante, entretanto, por si só, o bom desenvolvimento da criança, não bastava ser devotada, é preciso ter alegria e contentamento neste devotamento.

Sem o que “tudo é morto, sem utilidade e mecânico”. É por isso que Winnicott exorta as mães a se alegrarem com sua situação. “Começamos agora a compreender até que ponto o recém-nascido tem necessidade absoluta do amor de sua mãe. A saúde do adulto formase durante toda a infância, mas as funções dessa saúde, são as mães que as estabelecem durante as primeiras semanas e os primeiros meses da existência de seu filho. Alegrem-se de que tal importância lhes seja concedida. Alegrem-se de deixar a outros o cuidado de conduzir o mundo, enquanto põem no mundo um novo membro da sociedade. Alegrem-se com as preocupações que lhes traz o bebê, cujo choro e os gritos o impedem de aceitar o leite que desejam dispensar com generosidade. Alegrem-se com todos os tipos de sentimentos femininos que não podem sequer começar a explicar a um homem. Além disso, o prazer que podem obter desse trabalho que suja, que os cuidados com o bebê constituem, tem para ele uma importância vital. (Badinter, 1985, p. 261 e 262)

Devotada e feliz, a mãe passava a ter sobre si o peso da adequação de seus filhos a sociedade. A pergunta que se faz é: como dar conta deste papel?

Penso aqui nas mães com que tive contato durante minha pesquisa. A exceção de uma, todas as outras trabalhavam fora de casa ao mesmo tempo em que exerciam seu papel de mãe (e um número considerável havia criado seus filhos sem um pai por perto). Como conciliar a tarefa de serem mães e provedoras da família? Obviamente, alguma das tarefas acabaria saindo prejudicada. Parece-me que para elas, o seu papel como mãe foi o mais lesado por esta dupla função. Lembro-me de Selma me falando sobre seus filhos: “*tive muita falha aí... quando se fala na educação... acreditava que fazia o que era o melhor, o resultado foi este, os três envolvidos no crime*”. Embora todas as explicações e reflexões sobre o tema apontem que o problema não está no tempo dispensado para o cuidado das crianças, mas na qualidade do vínculo desenvolvido, para estas mulheres teria sido sua ausência ou o pouco tempo gasto com os cuidados de seus filhos responsável pelos caminhos tomados por eles, por isso mesmo a culpa acompanhava essas mulheres em toda a sua trajetória posterior.

Não é de estranhar, portanto, que meus interlocutores apresentassem a mesma visão. Falo, a princípio, sobre as mães dos presos e presas com quem conversei, entretanto, percebi este mesmo pensamento em diversos momentos quando conversava com outras pessoas. Reproduzo aqui uma rápida conversa que tive com um motorista de táxi quando retornava de uma de minhas idas a campo. O motorista que me levou já havia trabalhado naquele trajeto anos antes, entretanto, por problemas familiares, havia mudado de cidade e abandonado o ponto. Retornava

agora e me contou ter reencontrado pessoas conhecidas. Segundo ele, algumas mães que ele levava no período anterior ainda tinham a *“mesma vida”*. Conta-me, então, o caso de Fátima, mãe de um rapaz a quem ele chamava de *“barra pesada”*. *“Ela é muito boazinha, tadinha, mas o filho não vale nada”*. Segundo ele, quando estava para se mudar, o filho de Fátima já havia saído em condicional. Ele mesmo fora acionado para levar o rapaz para casa no dia de sua saída. No seu retorno ao ponto, qual foi sua surpresa ao reencontrar Fátima entre as mães que faziam visitas na PCE. Conversando com ela, descobriu que o filho de Fátima havia *“caído”* novamente. Segundo ela, por não conseguir um emprego decente, só trabalhos pesados e muita exploração, foi novamente convidado a participar de assaltos e acabou cedendo. Marcos, entretanto, tem sua avaliação pessoal da história. Para ele, Fátima é certamente corresponsável pelas atitudes do filho. *“sabe aquele tipo de mãe que passa a mão na cabeça de tudo o que o filho faz? Ela é assim, então, pra que é que ele vai se emendar? Apesar disto, é solidário com o sofrimento desta mãe e, de maneira geral, com o de todas as mães que constantemente transporta. “na verdade, elas é que cumprem pena. Puxam cadeia junto com os filhos. A senhora que tá aqui tá vendo, dia de visita é assim, faça chuva ou faça sol e elas tão aqui, ali (aponta para o ponto de ônibus, que neste momento está bem vazio), no horário de saída, tem uma fila enorme, é tudo mãe...”*

A fala de Marcos ecoa a fala de muitas de minhas interlocutoras que, embora não se apresentavam como culpadas, assumiam certa corresponsabilidade pelos atos de seus filhos.

O caso de Selma, me parece emblemático. Ela me disse em sua entrevista, que no dia em que foram prender seus filhos (em casa) os policiais queriam levá-la junto; segundo eles, ela sabia das ações de seus filhos e era conivente. *“disse prá ele que se ele quisesse me levar por aquele motivo, teria que levar também toda a vizinhança, que ali todo mundo sabia o que andava acontecendo. Agora me diz que mãe não sabe o que seus filhos fazem? Eu sabia, mas como evitar?”*

Selma que neste momento afirmava ter consciência do que estava acontecendo com seus filhos, disse, entretanto, ter sido surpreendida pela descoberta de que suas filhas também estavam envolvidas no crime. *“quando soube que a minha filha mais velha também estava com eles (no caso, com o filho e o genro), fiquei surpresa. Grávida, usando droga e participando das “ações”. Foi um soco no estômago!”* Continua o relato dizendo: *“mas graças a Deus ela parou logo, se livrou com uma delação premiada e terminou a gravidez limpa, o resultado tá aí! (diz apontando para a neta que durante todo o tempo da entrevista estava circulando pela sala). Selma reforça o que já havia afirmado antes, fez pelos seus filhos o melhor que pode, mas se sente profundamente responsável pelo aconteceu. “fui péssima como mãe. Só posso ter sido! Espero que minha filha seja melhor do que eu fui... fui um fracasso!”*

Outra de minhas entrevistadas, Solange, relata que ao ver sua filha presa por tráfico, teve, por parte do delegado que efetuou a prisão, um tratamento inesquecível; segundo ele, a responsável pela trajetória da filha havia sido ela, uma mãe incapaz: *“um dia fui na delegacia com o meu advogado, nunca vou esquecer. O delegado conversou com a gente e falou que a culpa da delinquência da minha filha era minha, que era um absurdo uma menina como ela, estudada, com dinheiro, se meter com este tipo de coisa: A senhora não soube dar limites, não soube educar sua filha e quem vai pagar é ela!”*

Para ela, esta era a impressão que todos na delegacia tinham dela, uma mãe indolente que não soubera educar a filha, por isso, sempre que ela chegava, ouvia frases como “a mãe da burguesinha tá chegando”.

Poderia enfileirar aqui uma dezena de falas de minhas interlocutoras acerca desse tema, pois, como já afirmei anteriormente, todas se consideravam corresponsáveis pelos crimes cometidos por seus parentes presos, mas acredito que os exemplos acima já sejam suficientes para apoiar meu argumento nesse ensaio.

O final do século XIX e o início do século XX marcam uma nova definição da maternidade e maternagem que encontram nos postulados freudianos um grande escopo de apoio. Ao definir qual o papel desempenhado pelas mães (e também pelos pais) no desenvolvimento da psique infantil o autor abre um caminho que será traçado por seus seguidores aonde, cada vez mais, as mães serão responsáveis pelos sucessos ou insucessos de seus descendentes. Nessa trilha espelham-se posturas que vão desde as individuais (como a apresentada pelo motorista de táxi), como as institucionais¹⁶ (representada pelo delegado), sendo assim, não é sem razão que essas mulheres considerassem a maternidade, por si só, como elemento suficiente e legitimador de suas trajetórias. Para estas mães não há dúvidas de que os valores que norteiam as condutas dos indivíduos em suas relações sociais tinham sido lesados, burlados e negligenciados por seus filhos e, se sentiam assim por partilharem destes valores sociais. Portanto, ter entre eles, ou ainda, ter tido responsabilidade pela criação de alguém que não levou em consideração tais valores em suas ações, representava para elas um peso muito grande. De alguma maneira significava o fracasso de seu trabalho como mãe e, portanto, de pilar da família. Cabia a elas então, responsabilizar-se e “*puxar cadeia junto dele!*”

Estas mulheres traziam arraigadas as marcas de um ideal de família onde desempenho satisfatório de seus papéis trazia as possibilidades do sucesso ou do insucesso para esta instituição; por isso mesmo sustentavam a determinação em não abandonar dentro do sistema penitenciário os membros da família que mais sofreram as consequências de seu fracasso. O preço a pagar pelo seu insucesso era o compartilhamento da pena. Enquanto seus filhos a cumpriam dentro dos muros da prisão, elas a cumpriam do lado de fora; fiéis, incansáveis, e a espera para, enfim, poderem em algum momento, ter a oportunidade de redimirem seus erros na reconstrução de uma família mais próxima ao ideário por elas desejado.

Uma última reflexão acerca do tema me parece interessante e necessária. Se historicamente as mulheres foram consideradas inábeis em cumprir um papel relevante na educação de seus filhos visto serem pensadas como infantis, incapazes de chegar a maturidade, uma inversão pode ser facilmente detectada nas falas de minhas interlocutoras, para elas são os homens os incapazes de amadurecerem; por isso mesmo os cuidados maternos para que não “fujam da linha” precisam ser redobrados, ou como disse uma de minhas entrevistadas – em trecho que já citei acima: “*Homem é tudo fraco da cabeça, né? Qualquer coisa é já tá pensando em besteira, parece que nunca cresce. Por isso que precisa da mãe, da mulher vim ver eles, pra eles sossegar e puxar a cadeia direitinho!*” (Neusa). Triste ironia!

¹⁶ Valeria a pena refletir sobre as políticas públicas voltadas a distribuição de renda (bolsa família), a saúde (vacinação e mortalidade infantil) que tem nas mulheres seus interlocutores preferenciais.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (2007). *Política*. São Paulo: Martin Claret.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bíblia. (2008). Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Sociedade Bíblica de Aparecida.
- Freitas, C. R. M. *O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal*. Recuperado de http://revistapensar.com.br/direito/pasta_upload/artigos/a187.pdf
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Gomez, G. Q. (2000) A maternidade como enigma: Atenas, as luzes e Freud. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10(2), 51-74.
- Meira, A. da C. (2010). *Dos impasses da maternidade a uma verdade indizível: uma leitura psicanalítica sobre a feminilidade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFB.
- Perrot, M. (2009). *A história da vida privada 4, da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das Letras.
- Sousa, I. (2003/2004). A mulher na idade média: a metamorfose de um status. *Revista da FARN*, Natal, 3(1/2), 159 -173.

Recebido em: 01-06-2017

Primeira decisão editorial: 26-06-2017

Aceito em: 03-07-2017

